

...continuação

a troca de controle as transações os valores não são mais partes relacionadas. (ii) Referir-se a serviços de construção e montagem da linha de transmissão com a troca de controle as transações os valores não são mais partes relacionadas. (iii) Referir-se ao saldo a pagar à Cymt O&M Ltda, empresa do grupo responsável pelos serviços segregados entre: (a) Saldo refere-se aos serviços de operação e manutenção para as instalações da Companhia; (b) Saldo refere-se aos serviços de gestão e administração das instalações da Companhia. 10. **Empréstimos e financiamentos:** a) Composição

| Instituições financeiras | Moeda | Vencimento | Taxas de juros contratual % a.a | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---------------------------------------|-------|------------|---------------------------------|------------|------------|
| BNDES - Subcrédito A | BRL | 15/10/2043 | IPCA TLP + 2,05% | 1.091.520 | 1.096.746 |
| BNDES - Subcrédito B | BRL | 15/10/2043 | IPCA TLP + 2,05% | 1.132.780 | 1.119.304 |
| (*) Custo de Captação | | | | (67.295) | (70.421) |
| Total de empréstimos e financiamentos | | | | 2.157.005 | 2.145.629 |
| Circulante | | | | 104.489 | 94.169 |
| Não circulante | | | | 2.052.516 | 2.051.460 |

b) **Movimentação - 2024**

| Instituições financeiras | Saldo em 31/12/2023 | Adições | Juros e variação monetária | Custo de Transação a Amortizar | Amortização de Juros | Amortização de Principal | Saldo em 31/12/2024 |
|--------------------------|---------------------|---------|----------------------------|--------------------------------|----------------------|--------------------------|---------------------|
| BNDES - Subcrédito A | 1.096.746 | - | 93.282 | - | (41.889) | (56.619) | 1.091.520 |
| BNDES - Subcrédito B | 1.119.304 | - | 95.972 | - | (43.083) | (39.413) | 1.132.780 |
| (*) Custo de Captação | 70.421 | (413) | - | 3.539 | - | - | (67.295) |
| Total | 2.145.629 | (413) | 189.254 | 3.539 | (84.972) | (96.032) | 2.157.005 |

c) **Movimentação - 2023**

| Instituições financeiras | Saldo em 31/12/2023 | Adições | Juros e variação monetária | Custo de Transação a Amortizar | Amortização de Juros | Amortização de Principal | Saldo em 31/12/2024 |
|--------------------------|---------------------|----------|----------------------------|--------------------------------|----------------------|--------------------------|---------------------|
| Citibank | 107.554 | - | 1.497 | - | (11.68) | (100.00) | 7.963 |
| BNDES - Subcrédito A | 1.045.974 | 54.375 | 91.422 | - | (41.412) | (53.613) | 1.096.746 |
| BNDES - Subcrédito B | 1.050.313 | 54.375 | 92.434 | - | (41.884) | (35.934) | 1.119.304 |
| (*) Custo de Captação | (60.290) | (13.231) | - | 3.100 | - | - | (70.421) |
| Total | 2.143.581 | 95.519 | 187.855 | 3.100 | (94.972) | (189.542) | 2.145.629 |

Barco BNDES: Contrato de financiamento de investimento ligado à implementação do projeto Chimarrão, Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo com taxas IPCA TLP + 2,05%. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" financeiras de vencimento antecipado (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD) sendo válidas em 31 de dezembro de 2024. O índice é calculado utilizando como métrica o índice da demonstração contábil regulatório onde ele precisa ser superior a 1,30. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de "covenants" no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os principais "covenants" não financeiros são referentes à: existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, conformidade às licenças e autorizações necessárias, conta garantia e limitação à venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de "covenants" no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|------------------------------------|------------|------------|
| 2025 | 104.489 | 94.169 |
| 2026 | 100.393 | 96.110 |
| 2027 | 102.270 | 98.172 |
| 2028 | 104.229 | 100.357 |
| Após 2028 | 1.812.919 | 1.827.542 |
| Total dívida | 2.224.300 | 2.216.050 |
| (*) Custo de transação a amortizar | (67.295) | (70.421) |
| Total das obrigações | 2.157.005 | 2.145.629 |

11. **Impostos diferidos:** 11.1. **PIS e COFINS diferidos:** O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão aqueduto sobre o Ativo contratual de concessão e registrado conforme competência contábil. Os montantes refletem os efeitos fiscais diferidos do PIS e da COFINS na aplicação dos procedimentos contábeis relacionados ao CPC 47 - Recalculo de Conto com Clientes.

| | 31/12/2024 | Movimentação | 31/12/2023 |
|-----------------|------------|--------------|------------|
| PIS diferido | 58.409 | 1.134 | 57.275 |
| COFINS diferido | 269.034 | 5.221 | 263.813 |
| Total | 327.443 | 6.355 | 321.088 |

11.2. **Imposto de renda e contribuição diferido**

| | 31/12/2024 | Movimentação | 31/12/2023 |
|---------------------------------|------------|--------------|------------|
| Ativo/passivo | | | |
| Prejuízo fiscal/Base negativa | (87.258) | 9.359 | (96.617) |
| Lucro diferido da construção | 4.751 | (17.409) | 22.160 |
| Revelia de ativo financeiro/AVP | 216.447 | 32.408 | 183.049 |
| Ajuste CPC 47 | 16.551 | 11.523 | 148.528 |
| Total não circulante | 293.991 | 35.971 | 258.020 |
| Detalhamento do não circulante | | | |
| Ativo | (87.258) | (96.617) | |
| Passivo | 381.249 | 354.637 | |
| Total ativo/passivo diferidos | 293.991 | 258.020 | |

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em um período de aproximadamente 5 anos:

| Períodos | 31/12/2024 |
|----------|------------|
| 2025 | 18.766 |
| 2026 | 20.999 |
| 2028 | 22.650 |
| 2030 | 24.147 |
| Total | 87.568 |

12. **Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024 o capital social nominativo e integralizado da Companhia é de R\$440.001 (R\$440.001 em 2023), dividido em 440.001.000 ações ordinárias nominativas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada. Em 23 de dezembro de 2024, ocorreu a efetiva transferência de ações da Companhia anteriormente detidas pela Cymt Construções e Participações S.A. e Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. para a Quantum Participações S.A. que passou a ser de 50% (cinquenta por cento) menos uma ação da totalidade do quadro acionário da Companhia, conforme livro de transferência de ações arquivados na Companhia sendo celebrado nesta mesma data o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, (Share Purchase and Sale Agreement and Other Covenants - "SPA" ou "Contrato") dentro de outros documentos. O capital social da Companhia é composto como se segue:

| | 31/12/2024 | | | 31/12/2023 | | |
|--|-------------|------|------------------|-------------|------|------------------|
| Quotistas | Qnt. Ações | % | Valor (em reais) | Qnt. ações | % | Valor (em reais) |
| Cymt Construções e Participações S.A | | | | 110.000.250 | 25% | 110.000.250 |
| Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multistratégia..... | 220.000.501 | 50% | 220.000.501 | 220.000.500 | 50% | 220.000.500 |
| Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A..... | - | - | - | 110.000.250 | 25% | 110.000.250 |
| Quantum Participações S.A..... | 220.000.499 | 50% | 220.000.499 | 440.001.000 | 100% | 440.001.000 |
| Total | 440.001.000 | 100% | 440.001.000 | 440.001.000 | 100% | 440.001.000 |

b) **Política de dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado em termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o valor de dividendos mínimos apurados foi de R\$18.545 (2023 não tivemos dividendos mínimos apurado devido a empresa ter apresentado prejuízo).

Aos Administradores e Acionistas da **Chimarrão Transmissora de Energia S.A.**
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Chimarrão Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para assegurar a ausência de distorções significativas em qualquer aspecto relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não é uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, executamos procedimentos profissionais e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábeis e sistemas de informação. Os riscos de não detecção de distorção relevante dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados

CHIMARRÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. - CNPJ/MF nº 32.398.119/0001-50

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|------------|------------|
| Lucro/Prejuízo líquido do exercício | 78.086 | (66.427) |
| (-) Reserva legal | (3.904) | - |
| Lucro ajustado | 74.182 | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios - 25% | 18.545 | - |
| c) Reserva Legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. d) Reserva de Lucros a realizar: A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar. Tratamos o ajuste negativo de R\$227.636 em outras receitas. (iii) Encargos setoriais definidos pelo ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. | | |

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|------------|------------|
| Recalcul de construção (i) | (94.099) | - |
| Remuneração do ativo de construção | 450.380 | 348.248 |
| Recalcul de operação e manutenção | 15.745 | 15.291 |
| Outras receitas (ii) | 5.582 | (227.636) |
| Recalcul operacional bruta | 377.608 | 135.903 |
| (-) PIS e COFINS | (35.663) | (12.571) |
| (*) Encargos setoriais (iii) | (4.078) | (3.865) |
| Recalcul operacional líquida | 337.867 | 119.467 |
| (i) O valor de R\$94.099 decorrente de ajuste que ocorreram em decorrência da transferência de gestão da concessão para os únicos acionistas Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações e Multistratégia e Quantum Participações S.A. em dezembro de 2024. (ii) Em 2023, a Companhia revisou as premissas em seu modelo de ativo de contrato e identificou um ajuste negativo de R\$227.636 em outras receitas. (iii) Encargos setoriais definidos pelo ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. | | |

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|------------|------------|
| Recalcul de operação e manutenção | 15.745 | 15.291 |
| Custo de operação e manutenção | (19.262) | (9.089) |
| Total Margem de O&M | 5.002 | 6.202 |
| Margem percebida (%) | 32% | 41% |
| Recalcul de construção | (94.099) | - |
| Custo de Construção | - | (12.601) |
| (*) Custo de construção (i) | - | 179.705 |
| Total Margem de construção | - | 167.104 |
| Margem percebida (%) | 0% | 0% |
| (*) Em 2023, a Companhia revisou as premissas em seu modelo de ativo de contrato e identificou um ajuste positivo de R\$179.705 em custo de construção com contrapartida em resultado financeiro. 14. Custos e despesas por natureza: Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em dezembro de 2024: | | |

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|------------|------------|
| Custo de construção | - | (12.601) |
| (-) Custo de Construção (*) | (10.743) | (9.089) |
| Custo de operação e manutenção | (10.743) | 158.015 |
| (*) Em 2023, a Companhia revisou as premissas em seu modelo de ativo de contrato e identificou um ajuste de R\$179.705 em resultado financeiro com contrapartida em custo de construção. | | |

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|------------|------------|
| Pessoal | (654) | (1.281) |
| Despesas financeiras | (126) | (104) |
| Serviços de terceiros | (13.764) | (10.113) |
| Aluguéis | (88) | (195) |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) | (3.440) | (5.510) |
| Outras despesas e receitas | (2.231) | (3.384) |
| Despesas operacionais | (179.088) | (139.045) |
| Total despesas gerais e administrativas | (30.497) | (22.264) |
| 15. Resultado financeiro: O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo: | | |

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--------------------------------------|------------|------------|
| Recalculs financeiras | 13.679 | 13.245 |
| Recalcul de aplicações financeiras | 13.694 | 11.773 |
| Juros recebidos | 8 | 17 |
| Atualização Selic | 644 | 1.455 |
| (-)PIS e Cofins | (967) | (368.289) |
| Despesas financeiras | (192.117) | (194.044) |
| Juros de empréstimos | (84.855) | (85.245) |
| IOF de empréstimos | (1.533) | (1.538) |
| Atualização monetária de empréstimos | (104.269) | (279.615) |
| Outras despesas financeiras | (1.930) | (1.890) |
| Resultado financeiro líquido | (179.088) | (139.045) |

16. **Imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas legais, mais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|------------|------------|
| Lucro societário antes do IRPJ e da CSLL | 117.589 | (99.825) |
| Total dos tributos calculados | (3.523) | (9.089) |
| Despesa de IR e CSLL calculada | (39.980) | 33.941 |
| Outras diferenças permanentes | 477 | (86) |
| Doações | - | (457) |
| Despesa de IR e CS | (39.503) | 33.398 |
| Total dos tributos diferidos | (3.523) | 33.398 |
| Despesa total com tributos | (39.503) | 33.398 |
| Alíquota efetiva | 34% | 34% |

17. **Instrumentos financeiros:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. a) **Sensibilização de riscos:** Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito, (ii) Risco de mercado, (iii) Risco de liquidez. Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração reconhece o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. i) **Riscos de crédito:** É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativos financeiros e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

tracão é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não é uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, executamos procedimentos profissionais e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábeis e sistemas de informação. Os riscos de não detecção de distorção relevante dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|------------|------------|
| Ativos financeiros | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) | 94.587 | 99.146 |
| Contas bancárias e aplicações financeiras vinculadas (Nota 5.1) | 62.957 | 61.323 |
| Concessionárias e permissões (Nota 6) | 37.781 | 26.198 |
| Ativo de contrato (Nota 7) | 3.539.936 | 3.479.162 |
| Total | 3.735.271 | 3.665.829 |

Caixa e equivalentes de caixa - representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. **Ativo de Contrato** - Administração entende que não há incertezas quanto ao provável prazo de devolução dos dividendos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST. i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionista responsável pela garantia bancária do usuário relativo ao CCG ou à CFB. ii) Risco de Mercado - A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|------------|------------|
| Ativos financeiros por índice | | |
| Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI) | 94.587 | 99.146 |
| Aplicações financeiras vinculadas (CDI) | 62.957 | 61.323 |

Passivos financeiros -

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--------------------------|------------|------------|
| Financiamento (IPCA TLP) | 2.157.005 | 2.216.050 |

iii) **Riscos de Liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2024. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---------------------|------------|------------|
| Fluxo de caixa | | |
| Valor | | |
| Até 12 meses | | |
| Entre 12 e 24 meses | | |
| Acima de 24 meses | | |

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|------------------------------|------------|------------|
| Forneceedores | 18.766 | 18.766 |
| Empréstimos e financiamentos | 2.157.005 | 104.489 |
| Total | 2.175.769 | 122.842 |

b) **Categorias de instrumentos financeiros**

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-----------------------------------|------------|------------|
| Ativos financeiros | | |
| Bancos | - | - |
| Concessionárias e permissões | - | - |
| Aplicações financeiras vinculadas | - | - |
| Concessionárias e permissões | - | - |

Passivos financeiros -

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|------------------------------|------------|------------|
| Financiamentos | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | - | - |
| Partes relacionadas | - | - |

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. **Classificações contábeis e valores justos:** No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa equivalentes de caixa - contos contábeis e valores justos são os mesmos, pois os valores são líquidos e não sujeitos à taxa de CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. • Concessionárias e permissões - a Administração considera que os saldos contábeis se aproximam dos seus valores justos. • Forneceedores - a Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. • Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos valores contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros com características semelhantes. • Hierarquia do valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e identicos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-----------------------------------|------------|------------|
| Descritivo | | |
| Caixa e equivalentes | 94.587 | 94.587 |
| Conta corrente vinculada | 13.944 | 13.944 |
| Aplicações financeiras vinculadas | 62.957 | 61.323 |
| Total | 157.544 | 157.544 |

| Descritivo | valor contabi | valor justo | valor contabi | valor justo |
|------------------------------------|---------------|-------------|---------------|-------------|
| Caixa e equivalentes | 94.587 | 94.587 | 99.146 | 99.146 |
| Contas a pagar a curto prazo | 12.811 | 12.811 | 14.788 | 14.788 |